

CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER - CDDM
ATA Nº07 DA 07ª. SESSÃO ORDINÁRIA

Ao sexto dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, às dez horas, no Instituto Anísio Teixeira, foi realizada a sétima Sessão Ordinária que contou com a presença da Chefe de Gabinete da Secretária de Políticas para as Mulheres – SPM; **Cleidenea Bastos de Almeida**, **Adriana Amaral** técnica de planejamento e gestão da SPM, a Coordenadora da SUPEV **Francileide Araújo**, a Vice-Presidenta do CDDM, **Samêhy Conceição dos Santos Soares Pataxó** representando a Associação de Mulheres Indígenas do Extremo Sul da Bahia – AMIESB, a Conselheira **Sueli Guedes Félix dos Santos**, representando a Associação Cultural Ambientalista dos Índios Tupinambá de Oliveira – Ação Tupinambá, a Conselheira **Maria Otília Soares** representando a União de Mulheres de Vitória da Conquista – UMVC, a Conselheira **Leidiana Cruz do Espírito Santo**, representando o Movimento de Mulheres Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais – MMTR, a Conselheira **Maria Rute Lima Silva**, representando a Fundação de Apoio à Agricultura Familiar do Semiárido da Bahia – FATRES, a Conselheira **Carolina dos Santos Nunes** representando a Organização Ambiental e Cultural de Cajazeiras – CAJAVERDE, a Conselheira **Tereza Cristina da Silva Bandeira**, representando a Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB, a Conselheira **Anabel Barbosa de Brito**, representando a Associação Ciranda das Mulheres – ASCIM, a Conselheira **Queila Patrícia Silva**, representando a União de Negros e Negras pela Igualdade – UNEGRO, a Conselheira **Gildeane dos Santos Mota**, representando a Associação de Mulheres Pintadenses – AMP, **Nancy Alves de Andrade** representando a Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários dos Estados da Bahia e Sergipe – FEEB, a Conselheira **Milena Passos Almeida Silva**, representando a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades Tradicionais – SEPROMI, a Conselheira **Renata Luciana Cruz Sena**, representando a Secretaria da Segurança Pública – SSP, a Conselheira **Cândida Maria Pimentel**, representando a Secretaria da Saúde – SESAB, a Conselheira **Silva Christiane Écio Damasceno**, representando a Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE. **Cleidenea Bastos de Almeida (SPM)**: iniciou a reunião dando boas-vindas aos presentes e aproveitou para destacar a importância de cumprirem com o horário estabelecido, visando o melhor andamento da reunião para todas. Convidou a Vice-presidenta Samêhy Pataxó a fazer uma abertura, trazendo toda sua ancestralidade e cultura, começando a reunião em um clima agradável e bem significativo. **Samêhy Pataxó (AMIESB)**: iniciou as pautas com a aprovação da Ata nº06 que teve a deliberação das Conselheiras pelo seu adiamento para a próxima reunião, devido ao curto período entre o envio, até o dia da reunião. **Cleidenea Bastos de Almeida (SPM)**: sugeriu para uma discussão futura o desenvolvimento das Atas, que pode ser algo mais conclusivo, de constar os encaminhamentos feitos na reunião, coisas mais estratégicas, porque, o atual desenvolvimento das Atas está narrando os fatos, com muitos detalhes, a transcrição na íntegra se torna desnecessária, então, as Atas podem ser mais resumidas, sem tirar a voz de ninguém. E deixou essa provocação para um momento em que mais conselheiras estejam presentes para a decisão ser tomada com a compreensão de todas. **Samêhy Pataxó (AMIESB)**: concordou e

Samêhy Pataxó
[Handwritten signatures and initials]
1
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

acrescentou que na Ata deve estar presente o que discutiu e deliberou durante a reunião, citou que, é bom colocar algumas falas para recordar a memória das pessoas, contudo transcrever detalhadamente não é mesmo necessário. **Cleidenea Bastos de Almeida (SPM)**: trouxe como exemplo um caso relatado de homicídio em determinado local, e destacou-se a importância de apresentar informações completas: quem trouxe os fatos, o que aconteceu, como ocorreu e quais encaminhamentos serão feitos com base no que foi relatado. Foi observado que, em algumas situações, os fatos são apresentados de forma fragmentada, sem um encaminhamento claro, que seria o aspecto mais relevante a ser abordado. **Samêhy Pataxó (AMIESB)**: chamou a convidada para a próxima pauta. **Francileide Araújo (SPM)**: se apresentou como Coordenadora de prevenção a violência dentro da Superintendência de Prevenção e Enfrentamento a Violência contra as Mulheres na SPM, dentro da secretaria funciona duas superintendências a SUPEV e a Superintendência de Promoção e Inclusão Socioproductiva – SUPPIS, e dentro desse contexto existem as políticas transversais, as políticas públicas não andam sozinhas e é sempre preciso estar dialogando com todo o Governo do Estado. E para começar a apresentação propôs uma atividade para as Conselheiras bem rápida, sendo esta escrever no papel o que elas acham que são políticas para as mulheres, o que a SPM enquanto Secretaria de Mulheres tem que desenvolver para a proteção das mulheres, para a inclusão socioproductiva, o enfrentamento a violência e então a partir disso será feita uma reflexão. Após todas participarem, falou sobre transversalidade e interseccionalidade, o importante fator de transversalidade de não ser feito nada individualmente e é preciso mobilizar outras instituições, mobilizar a Sociedade Civil e também precisamos receber essa mobilização, receber essa solicitação e acolher também essa perspectiva toda da política pública. E sobre a interseccionalidade não é falar de uma mulher, e sim de mulheres, e cada mulher tem uma necessidade diferente, cada mulher tem uma especificidade diferente e a Bahia é um estado que é 52% de mulheres, então a gente inverte aquela lógica de que as mulheres são minorias porque a gente é maioria na Bahia e no Brasil, por isso que quando é pensado em política para as mulheres, é pensado uma série de ações. Algumas palavras e frases escritas no papel pelas Conselheiras foram: promover a igualdade, a segurança, procurar ações de combate à violência e discriminação das mulheres, garantia de direitos, proteção e promoção do respeito, informações sobre violência obstétrica e onde procurar ajuda, acompanhamento psicossocial para as mães que perderam os filhos em virtudes de ações policiais, creches nas cidades, nos interiores, que funcione em tempo integral, e instrumentos de emancipação para as mulheres. São muitas coisas que precisam ser superadas diariamente, algumas coisas não estão dentro do escopo da secretaria como as questões da saúde, mas sobre isso é feita transversalidade com a SESAB, apoiando as campanhas, juntos pensar a prevenção a infecções sexualmente transmissíveis, na violência obstétrica dentre outros. Foi falado também sobre propor ações de combate à violência, para tal existem as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher - DEAM'S, e a Secretaria de Segurança Pública são responsáveis por elas, então ocorre transversalidade para não só propor a criação de mais DEAM'S, mas também a formação permanente, porque uma sociedade socialmente machista e socialmente racista, então quando é falado sobre o acompanhamento psicossocial para as mães que perderam os filhos também entra nesse processo, porque resolve esse problema através da formação das forças da polícia, também pensando a segurança no carnaval e para tudo isso a SPM faz essa

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like Potara, A², and others.

transversalidade com a Secretaria de Segurança Pública para conseguir desenvolver esses projetos. Sempre levando em conta a interseccionalidade, a mulher urbana não tem a mesma reivindicação e necessidade que a mulher do campo, a mulher negra exige outros cuidados diferentes das mulheres brancas, assim como as mulheres indígenas, então por isso é muito importante todos sempre e a nossa política pública respeitar a interseccionalidade fazer esse acolhimento. Destacou a importância de garantir direitos e protagonismo das mulheres, abordando tanto o enfrentamento à violência política quanto a garantia de direitos. Ela ressaltou que, dentro da SPM, é necessário integrar ações entre as secretarias, evitando duplicidades e ampliando o alcance das políticas públicas. Enfatizou a necessidade de interiorizar essas políticas, levando-as para áreas rurais e descentralizando-as dos centros urbanos, o que faz parte de um esforço estratégico de ampliar o impacto e atender mais municípios. Mencionou que, em relação às creches, a SPM não é responsável pela educação, assim como não é a secretaria responsável pela criança e pelo adolescente, questionou qual secretaria seria responsável, apontando que essa atribuição cabe à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SJDH). Contudo, destacou que isso não exclui completamente a responsabilidade da SPM e que é possível provocar a SJDH nesse sentido. Além disso, ela enfatizou que a SPM não apenas pode, mas já realiza e desenvolve projetos em parceria para promover a transversalidade nas questões relacionadas às creches e à violência nas escolas, com isso descreveu o atual programa 'Oxe me respeite! Nas escolas.' Que discute sobre os estereótipos de gênero, sobre masculinidades positivas porque é preciso envolver os meninos e os homens nesse debate, também é tratado debate sobre a educação para as redes sociais. Abordou que, ao discutir o programa especial, trata-se do compromisso do Governo do Estado com as mulheres, não apenas por meio da SPM, mas envolvendo todas as secretarias. De forma direta, explicou que o Programa Especial "Elas a Frente" promove a ideia de que nenhuma política voltada para mulheres pode ser implementada sem diálogo prévio com as instâncias governamentais que cuidam dessa pauta. Essa abordagem assegura a transversalidade e a interseccionalidade nas políticas públicas. Como exemplo, ela mencionou os dados de violência contra a mulher, que revelam um perfil predominante entre as vítimas: mulheres negras, periféricas e mães solas. Nesse contexto, apontou que é necessário articular ações com a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI). Caso a mulher seja LGBT — lésbica, bissexual ou trans —, é imprescindível a articulação com a Secretaria de Direitos Humanos, que cuida dessa pauta. Contudo, enfatizou que essa articulação não exclui a responsabilidade da SPM. Por fim, reforçou que o programa especial busca articular diversas Secretarias na mobilização das pautas das mulheres. Essa articulação garante que todos os debates sobre políticas públicas considerem a perspectiva das mulheres, enfatizando que elas são a maioria da população no estado e no Brasil, e que essa posição deve ser reconhecida e fortalecida. Ela comentou que essa questão foi incorporada ao Plano Plurianual (PPA) quando ele foi desenvolvido, no ano anterior, no Instituto Anísio Teixeira. Durante esse processo, ocorreram mesas de negociação com todas as secretarias, permitindo debates internos e externos, considerando também as propostas apresentadas pelos Conselhos. O CDDM foi convidado a participar dessa construção, tendo a oportunidade de acompanhar e opinar sobre os programas de outras Secretarias. Enfatizou que esse processo contribuiu para fortalecer não apenas o Governo do Estado, mas também as políticas públicas para as mulheres. Por meio da plataforma "Elas à Frente", programa especial do

Handwritten notes:
- *Elas à frente*
- *SPM*
- *SJDH*

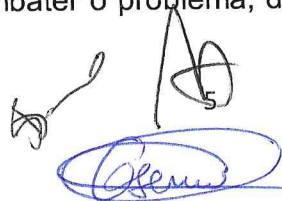
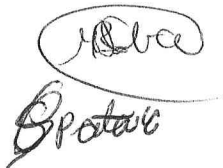
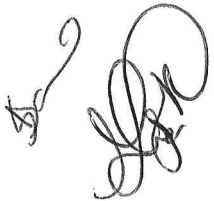
Handwritten signatures and notes:
- *Spoteco*
- *Elas à frente*
- *SPM*
- *SJDH*
- *SEPROMI*
- *SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES*

PPA, foram lançados cinco editais apenas em 2024. Esses editais servem como uma ponte de diálogo com a Sociedade Civil organizada e refletem o compromisso de interiorizar as políticas públicas, levando-as a locais antes não alcançados ou acolhidos. **Francileide Araújo (SPM):** explicou que o programa essencial possui dois eixos estruturantes: enfrentamento e prevenção, e inclusão socioprodutiva, correspondendo às duas superintendências da SPM. No primeiro eixo, são trabalhadas ações como a Casa da Mulher Brasileira, o projeto "Oxe Me Respeite" nas escolas, campanhas em festas como Carnaval e São João, além de articulações com outras secretarias para construir fluxos integrados que promovam a segurança das mulheres no transporte público, nas ruas e em contextos rural e urbano. Também são abordadas questões de violência, como violência doméstica, política e sexual, entre outras. No segundo eixo, o foco é na inclusão socioprodutiva, com iniciativas como editais, política do cuidado e incentivo à autonomia financeira das mulheres. Mencionou que a política do cuidado é essencial para reduzir a sobrecarga feminina, destacando avanços como a aprovação recente no Senado de uma Lei Federal sobre o tema. Ela enfatizou a necessidade de medidas como creches noturnas e reconhecimento do trabalho de cuidado, mencionando exemplos de países vizinhos onde as mulheres recebem por essas atividades. Também apontou a importância da inclusão socioprodutiva na recolocação profissional das mulheres, especialmente aquelas que enfrentam isolamento financeiro em relacionamentos abusivos. Além disso, destacou o papel dos Organismos de Políticas para as Mulheres (OPMs) no fortalecimento da rede de apoio, promovendo a interação entre os governos federal, estadual e municipal. Ao tratar da violência política, ela destacou os desafios enfrentados por mulheres eleitas, como a falta de recursos para o cuidado familiar durante campanhas e as estratégias de silenciamentos em espaços de decisão política. Ela defendeu a necessidade de transversalidade e interseccionalidade, com o envolvimento de várias Secretarias para abordar questões de violência sexual, considerando grupos mais vulneráveis, como crianças, idosas e pessoas com deficiência. Por fim, destacou a transparência do programa, que facilita o controle social e a participação do Conselho, fortalecendo o diálogo entre governo e Sociedade Civil na construção de políticas públicas. Fez nota que, dia 6 de dezembro, é o Dia Internacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres, conhecido como Laço Branco. Ela destacou a importância de envolver os homens nesse processo, promovendo uma reeducação para que também se tornem parte da solução, além de ensinar as mulheres a se protegerem. Mencionou que, à tarde, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública, será realizado um workshop, mantendo a transversalidade entre as Secretarias. Durante o evento, as forças de segurança — Corpo de Bombeiros, Polícia Civil, Departamento de Polícia Técnica e Polícia Militar — assinarão uma carta de compromisso pelo fim da violência contra as mulheres e pelo feminicídio zero, afirmou que essa ação é uma forma de mobilização social e de integração entre os diferentes setores. **Francileide Araújo (SPM):** falando sobre a Casa da Mulher Brasileira explicou o que acontece nesse espaço. Ela destacou que a Casa reúne todos os serviços de proteção às mulheres. Quando uma mulher chega à Casa em uma situação de violência, se não tem condições de voltar para casa devido às ameaças, o primeiro passo é o acolhimento psicológico. Em seguida, ela será encaminhada para o atendimento jurídico, onde decidirá, por conta própria, se deseja registrar o boletim de ocorrência. Caso não queira fazer o boletim, ela ainda pode acessar a rede de atendimento. Na

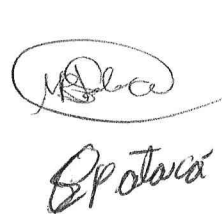


Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like 'Bleca', 'Protoca', and 'Dina'.

Casa da Mulher Brasileira, a mulher terá acesso a serviços como atendimento psicológico, assistência social, inscrição em programas sociais, além da presença da polícia e da delegada, caso ela precise registrar um boletim de ocorrência ou pedir medida protetiva. O Tribunal de Justiça também está disponível para plantão, permitindo que a mulher saia de lá com a medida protetiva já garantida. Se a mulher não tiver um local para onde ir, a Casa oferece alojamento para ela e para seus filhos ou dependentes, até 18 anos. A convidada enfatizou que, muitas vezes, a mulher sofre violência e sente medo de terminar o relacionamento por questões como a reação dos filhos ou ameaças do agressor, mas que a Casa oferece acolhimento e suporte. Ressaltando que a Casa oferece mais de 5 serviços em um único espaço, incluindo segurança pública, saúde, assistência social, a Secretaria de Políticas para as Mulheres e o sistema de justiça, o que é um exemplo claro de transversalidade. Ela também mencionou que, com um programa especial, a política para as mulheres se torna uma prioridade dentro do governo do estado. Ao final, convidou a todos a conhecerem o PPA, os compromissos e ações do governo, além de apresentar o link para que possam acompanhar o programa especial, e perguntou as Conselheiras se havia alguma pergunta, não tendo, agradeceu e se despediu do Conselho. **Cleidenea Bastos de Almeida (SPM)**: introduziu logo em seguida a próxima pauta com a convidada **Adriana Amaral**, técnica de planejamento e gestão da SPM. **Adriana Amaral (SPM)**: deu início a sua apresentação sobre o PPA-P 2024-2027, questionou aos presentes se já tinham ouvido falar sobre o PPA participativo e se haviam participado de sua construção, ressaltando que, isto é fundamental para garantir a eficácia do planejamento. Ela também mencionou que, finalmente, o material relacionado ao PPA será disponibilizado. Lembrou que o CDDM fez parte da construção do PPA e que o plano é uma ferramenta estratégica do Estado, com abrangência federal, destinada ao planejamento de ações para um período de quatro anos. Ela explicou que o PPA não é apenas uma continuação da gestão anterior, mas um processo em que cidadãos e gestores participam ativamente para planejar as gestões subsequentes. Foi esclarecido que o PPA é uma ferramenta de trabalho e planejamento, baseada em escutas sociais, informações já existentes e atividades realizadas anteriormente. Essas bases são essenciais para a continuidade e melhoria do plano, garantindo que diretrizes, objetivos de programas, ações, indicadores e metas sejam definidos, com os recursos necessários para a implementação. Ainda ressaltou que o PPA 2024-2027 começou a ser estruturado no início de 2023, quando a Secretaria de Planejamento, a Casa Civil e outras secretarias analisaram as necessidades e planos do governo para a criação do novo PPA. Ela explicou que cada Secretaria leva sua proposta, discute-a e ajusta seu planejamento de acordo com suas responsabilidades. O programa especial, que foi mencionado anteriormente, foi criado a partir desse processo de planejamento, destacou que o PPA tem base legal na Constituição Federal, sendo fundamentado na legislação vigente e na Lei de Responsabilidade Fiscal, o que garante a conformidade e a eficácia do planejamento das ações públicas, enfatizou que tudo é feito de forma estruturada e com base nas necessidades da sociedade. Foi destacada a importância da construção do PPA (Plano Plurianual) e os elementos utilizados para sua elaboração. A primeira etapa do processo envolve a identificação dos problemas a serem enfrentados, como a mitigação de questões sociais. Isso é realizado por meio das escutas e análise dos resultados anteriores, além da observação do que está acontecendo na sociedade. A partir dessa identificação, é necessário estabelecer alternativas para combater o problema, definindo as ações que serão tomadas para



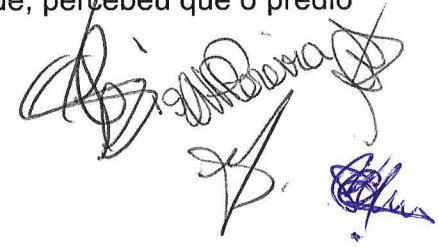
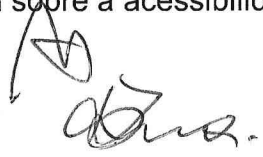
que a situação se modifique. O PPA também leva em consideração as iniciativas necessárias para garantir que a mudança ocorra, assegurando que a sociedade tenha acesso a serviços essenciais como educação, saúde e infraestrutura. Além disso, os recursos financeiros necessários para viabilizar as ações são analisados, com o entendimento de que a participação da sociedade é crucial. A responsabilidade sobre os recursos financeiros não é apenas do governo, mas também dos cidadãos, das instituições e da sociedade como um todo, que devem colaborar para que as necessidades sejam atendidas de forma consciente e equilibrada. Foi enfatizada a importância da participação popular no processo de construção do PPA, um processo que envolve ouvir as necessidades da população. Essa participação, que foi ampliada a partir do momento em que o PPA passou a ser aberto para a sociedade, é fundamental para garantir que as ações e projetos atendam de fato às demandas coletivas. **Cleidenea Bastos de Almeida (SPM)**: abordou a diferença entre Governos progressistas e Governos de direita no contexto da elaboração do PPA (Plano Plurianual). Governos progressistas incluem as pessoas no processo de construção das políticas públicas, promovendo participação social, enquanto outros governos, por vezes, optam por contratar comissões de consultores para redigir um PPA tecnicamente correto, mas sem envolver a população. Destacou que o governo Jerônimo realizou escutas populares em diversos territórios, cidades e segmentos sociais, ouvindo mulheres, juventude e outros grupos, esse processo busca garantir que o PPA seja representativo e contemple a diversidade da sociedade, fortalecendo a governança participativa. Também ressaltou que transformar ações em políticas públicas é um desafio, mas a participação ativa é indispensável. Citou o “jeito petista de governar”, nos anos 1990, como exemplo de um modelo que promoveu a construção coletiva das políticas, o fortalecimento dos conselhos e a participação da sociedade civil. Fez a observação que a linguagem técnica do PPA pode ser uma barreira para a compreensão ampla, o que demanda esforço individual e institucional para estudar e entender as propostas. Afirmou que é essencial visitar constantemente as áreas de saúde, educação, trabalho e renda, e igualdade racial, cobrando ações das secretarias responsáveis para garantir avanços. Por fim, destacou que o PPA participativo não deve ser apenas um instrumento técnico, mas um caminho para alcançar resultados que reflitam os sonhos e demandas da população, reforçando o papel ativo da sociedade civil nesse processo. **Adriana Amaral (SPM)**: destacou que o planejamento vem sendo construído desde o início das políticas públicas, mas que, inicialmente, era realizado de forma muito fechada. Ela mencionou que, com o governo Lula, houve uma abertura maior para que a sociedade pudesse participar e contribuir nessa construção. Segundo ela, o governo Jerônimo, ao assumir em 2023, ampliou ainda mais essa participação, promovendo reuniões com todas as secretarias para articular o que fazer, como fazer e para quem fazer. Explicou que a construção do PPA 2024-2027 foi realizada considerando os princípios de transversalidade e interseccionalidade, através do diálogo entre as secretarias. **Cleidenea Bastos de Almeida (SPM)**: ressaltou que a Bahia foi privilegiada por contar com duas gestões de Wagner e agora com a gestão de Jerônimo, destacando que, ao longo desses 20 anos, muitas pautas começaram no governo Wagner e estão ganhando corpo apenas agora. Ela explicou que esse processo envolve convencer as autoridades de que determinadas políticas são essenciais. Como exemplo, mencionou a inclusão, relatando uma experiência pessoal em que convidou um amigo com deficiência para visitar a SPM. Ao ser questionada sobre a acessibilidade, percebeu que o prédio



Epitaxia



6

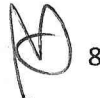
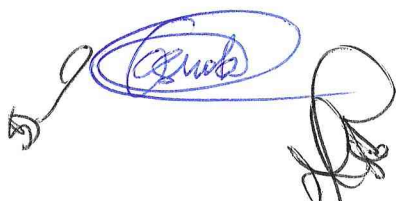


não era adequado para receber pessoas com deficiência, nem mesmo para acessar sua própria sala, reconheceu que, apesar dos avanços, ainda há muito a ser feito e que questões como acessibilidade precisam ser constantemente lembradas e enfrentadas. Ela destacou que, frequentemente, só enxergamos as limitações dentro do nosso campo de visão, sendo necessário sermos provocados para perceber outras necessidades, reforçou que as lutas por inclusão devem ser cada vez mais intensas e que é essencial ter pessoas com vivências específicas próximas às políticas públicas, pois, sem isso, elas não acontecem de forma efetiva. **Adriana Amaral (SPM):** destacou que, em 2023, enquanto se preparava o PPA participativo, surgiu o debate sobre o PPA de 2023, que continha diversos programas, iniciativas e indicadores a serem executados. No entanto, por diversos motivos, algumas dessas ações não foram realizadas ou não foram levadas adiante pelas Secretarias. Ela ressaltou que esses programas e iniciativas foram mantidos no novo PPA para serem implementados, possivelmente de forma aprimorada, aprendendo com os desafios enfrentados anteriormente. Explicou que, na construção do PPA, são consideradas as ações realizadas pelas secretarias, e essas secretarias são convocadas a criar programas e iniciativas baseados em indicadores, compromissos e objetivos específicos. Cada programa deve ser claro em seus objetivos, definir seu público-alvo, o órgão responsável por sua execução e o orçamento necessário para sua realização. Esse orçamento é analisado e direcionado pelo Governador dentro das limitações da esfera E

stadual, o orçamento frequentemente não é suficiente para atender todas as demandas, devido à magnitude dos trabalhos necessários. Por isso, é essencial buscar parcerias e apoio de conselhos, instituições e organizações sociais, que desempenham um papel crucial no fortalecimento e viabilização dos programas propostos. **Anabel Barbosa de Brito (ASCIM):** criticou a priorização de eventos como o carnaval, que recebem milhões em investimentos, enquanto ações que beneficiam diretamente a população são negligenciadas. Ela ressaltou que essa prática reflete a cultura de "pão e circo", que mantém as pessoas distraídas, sem reivindicar ou conhecer seus direitos. Para ela, é urgente mudar as prioridades na gestão pública para atender às reais necessidades da população. **Cleidenea Bastos de Almeida (SPM):** enfatizou que não é produtivo focar no debate sobre a retirada de investimentos do carnaval, mas sim em como esses recursos podem ser utilizados para promover avanços sociais. Ela citou exemplos de iniciativas implementadas desde o governo Wagner, como a descentralização de recursos da cultura e políticas públicas no carnaval, que trouxeram melhorias significativas, embora ainda insuficientes. Destacou ações como a criação de leis que proíbem a contratação de bandas com músicas que desrespeitam as mulheres e espaços de humanização para catadoras de latinhas, oferecendo condições dignas durante a folia. Reconheceu que esses avanços são pequenos passos e que há muito a ser feito, especialmente para garantir a segurança e o respeito às mulheres no carnaval, reforçando a importância de continuar fortalecendo políticas públicas no PPA para consolidar essas conquistas. **Adriana Amaral (SPM):** explicou que, após coletar informações e definir estratégias, foi criada uma matriz programática para organizar o PPA. Essa matriz organiza programas, indicadores de compromisso e iniciativas. Ela mencionou que a SPM possui dois programas principais: o 429 - Mulher Viver sem Violência e o 430 - Promoção de Direitos e Inclusão

[Handwritten signatures and initials]

Socioprodutiva das Mulheres. Dentro do programa 430, destacou a ação 4675, que é voltada ao CDDM. Essa ação é essencial para fomentar a governança estratégica das políticas para as mulheres, fortalecer os organismos municipais e garantir a participação das mulheres na política. Além disso, viabiliza reuniões, atividades e estratégias planejadas pelo conselho, sempre com base em um planejamento orçamentário. Também mencionou que a construção do PPA 2024-2027 envolveu várias etapas, incluindo reuniões com associações, conselhos e encontros nos territórios para ouvir diferentes demandas e promover uma escuta ativa. **Cleidenea Bastos de Almeida (SPM):** destacou que no PPA da SPM muitas pautas revisadas e indicadas pelo CDDM e pela Secretaria foram reconhecidas como prioritárias e, por isso, estão incluídas no documento atual, ressaltou a importância do espaço de escuta em todas as esferas e destacou a responsabilidade coletiva de participação ativa, essa presença é essencial para trazer à tona questões que, para quem não vive a prática no dia a dia, podem não ter a mesma dimensão. **Adriana Amaral (SPM):** destacou que, embora o desejo seja que todas as iniciativas do PPA sejam realizadas conforme planejado, algumas delas podem levar tempo para serem implementadas e podem ser melhoradas ao longo do período de 2024 a 2027. Ela enfatizou que a expectativa é que tudo aconteça, mas que a execução depende de um esforço conjunto de todos e explicou sobre os dois programas principais: o "Mulher Viver Sem Violência" e o "Direito à Inclusão Socioprodutiva das Mulheres", e sobre os compromissos e ações que envolvem o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher (CDDM). Então detalhou como a transversalidade e a interseccionalidade são fundamentais para a inclusão nas políticas públicas, abordando tanto questões socioeconômicas quanto as de gênero, com foco nas mulheres em situação de vulnerabilidade, destacado também o papel coletivo e colaborativo das diversas secretarias e órgãos responsáveis pela execução dessas políticas, incluindo as áreas de Educação, Saúde, Comunicação e outras. Também apresentou o planejamento orçamentário para as ações do CDDM dentro do PPA, esclarecendo que os recursos serão direcionados para o planejamento do Conselho e para as atividades que ele realizar, garantindo a continuidade das ações e a criação de novos programas, além de proporcionar o monitoramento e a avaliação dos planos. Por fim, ela reiterou a importância do trabalho coletivo e agradeceu a todos pela participação e escuta, ressaltando que o processo é contínuo e que a construção do PPA é um passo essencial para os próximos anos, então agradeceu, se colocou à disposição para responder perguntas e despediu. **Cleidenea Bastos de Almeida (SPM):** agradeceu e passou a fala para a Secretária. **Neusa Cadore (SPM):** iniciou sua fala com um breve relato sobre sua agenda do dia, destacando a participação no evento que reuniu 1.200 mulheres do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), realizado na Escola Parque. A Secretária enfatizou a importância do encontro, onde foram discutidas pautas como a produção de alimentos sem veneno e o projeto político defendido pelos participantes. A reunião também destacou a animação e o impacto positivo proporcionado por esse tipo de atividade de mobilização. Em seguida, abordou a questão do feminicídio, mencionando que, no dia 6 de dezembro, completa-se 35 anos de um trágico episódio ocorrido no mundo, onde um jovem estudante matou 14 mulheres em uma sala de aula de engenharia. Ela ressaltou o aumento da frequência de feminicídios acompanhados pelo suicídio dos agressores, alertando para a grave situação da sociedade em relação à violência contra a mulher. Relatou também um caso recente em Feira de Santana, onde um pai matou a filha e a mãe










Spotato



antes de cometer suicídio, reforçando a necessidade de mudanças urgentes no cenário social. Ao contextualizar a atuação da SPM, destacou que a Secretaria está promovendo um evento com a participação de cerca de 220 policiais e comandos da Bahia. O objetivo é sensibilizar e garantir mais solidariedade por parte da segurança pública, enfatizando o acolhimento às vítimas de violência. A Secretária investiu ainda nas dificuldades enfrentadas pelas mulheres nas delegações, onde o acolhimento muitas vezes é inexistente, e a importância de sensibilizar os policiais para oferecerem um atendimento adequado. E que a SPM também reforçou o desafio de lidar com a quantidade reduzida de equipamentos, como as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM's), sendo atualmente apenas 13 núcleos disponíveis para atender às demandas no Estado. Em sua fala, saudou Neia, que tomou posse da Chefia de Gabinete da SPM, e a vice-presidente Samêhy, destacando a importância dos conselhos e da representação da sociedade civil na construção de políticas públicas. A Secretária reafirmou o compromisso de gestão em apoiar e caminhar junto aos conselhos e movimentos sociais, ressaltando que a participação ativa da sociedade é essencial para o fortalecimento das políticas de gênero e direitos das mulheres. Ao final, convidou as Conselheiras para fazerem sugestões e utilizarem os canais de comunicação abertos pela SPM para contribuir com o aprimoramento das ações da secretaria. **Tereza Cristina da Silva Bandeira (CTB)**: aproveitou a oportunidade para agradecer e elogiar a iniciativa de potencializar o dia 6 de dezembro com o evento do Laço Branco. Destacou que, em nível nacional, essa data era frequentemente esquecida, e o evento se torna uma forma importante de conscientizar os policiais sobre o respeito e a dignidade no trato com as mulheres. Ressaltou situações preocupantes, como a humilhação de mulheres trabalhadoras ambulantes, especialmente no período do Carnaval, exemplificando casos em que policiais chegam a agredir essas mulheres fisicamente. Ela enfatizou a importância de aproveitar essas datas e eventos para plantar uma "sementinha" de respeito e conscientização, tanto no ambiente das delegacias quanto no trato com mulheres em suas atividades cotidianas, como as trabalhadoras urbanas e ambulantes e finalizou destacando que essas mulheres, como qualquer outra, merecem respeito e que é essencial utilizar essas oportunidades para avançar na luta por igualdade e dignidade. **Neusa Cadore (SPM)**: finalizou sua fala destacando a necessidade urgente de trabalhar para promover uma mudança de mentalidade na sociedade. Ressaltou que, infelizmente, ainda há preconceitos enraizados, especialmente em relação a mulheres pobres e negras, que muitas vezes enfrentam discriminação e falta de acolhimento em diferentes esferas, incluindo a segurança pública, afirmou que essa mudança cultural é essencial e requer esforços conjuntos para desconstruir preconceitos formados ao longo de gerações. Encerrou agradecendo pela oportunidade de dialogar e reforçou o compromisso de sua gestão em continuar trabalhando pela transformação dessa realidade. **Cleidenea Bastos de Almeida (SPM)**: agradeceu e abriu para as Conselheiras o momento para tirar dúvidas, fazer perguntas sobre a pauta do PPA. **Nancy Alves de Andrade (FEEB)**: perguntou se as ações determinadas no PPA, que não foram executadas dentro do período de 4 anos, se são transferidas ou ficam inativas. **Adriana Amaral (SPM)**: respondeu que na construção do PPA são discutidas e identificadas as ações que não foram efetivadas ou que estiveram incompletas, é possível sim na próxima construção de PPA incluir, e sobre isso é decorrente a prestação de contas, a escuta, destacou a criação da plataforma Monitora Bahia, desenvolvida pelo Governador do Estado para acompanhar e garantir a execução do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027.

9
Spotato

Ressaltou que a ferramenta possibilita ajustes nas ações e iniciativas, permitindo adequações às necessidades da sociedade e às demandas das Secretarias. Foi explicado que o PPA oferece flexibilidade para melhorias e replanejamentos contínuos, incluindo a possibilidade de redirecionamento de ações não executadas no período 2024-2027, para o próximo ciclo. Também mencionou que as iniciativas de capacitação de mulheres contemplam diversas formações, com abordagens amplas e não restritas a temas específicos. Então, enfatizou que o acompanhamento das ações é realizado por diferentes esferas, como o Tribunal de Contas e o Ministério Público, garantindo transparência e continuidade no cumprimento das metas estabelecidas. **Nancy Alves de Andrade (FEEB)**: perguntou se existe um limite de propostas para o PPA. **Adriana Amaral (SPM)**: respondeu que existe, mas não é definido, explicou que, ao longo das reuniões, as equipes se reuniram e participaram de atividades com diversas secretarias, realizando articulações e definições de parcerias para delinear as ações e compromissos. Foi destacada a construção de 37 iniciativas dentro do programa 430, voltadas para o Elas à Frente, as quais são consideradas efetivas e com o objetivo de execução, caso alguma ação não seja executada dentro do período do PPA 2024-2027, ela será levada para discussão no próximo ciclo do plano, podendo ser revisada ou melhorada conforme a realidade do momento. Como exemplo, mencionou o impacto da pandemia no PPA 2020-2023, o que impossibilitou a realização de algumas ações e a execução plena de outras, destacou que algumas ações planejadas para o PPA 2020-2023, devido a mudanças de contexto, foram mantidas e incluídas no PPA 2024-2027. Também mencionou que o Ministério Público acompanha e participa do processo, atuando como um órgão fiscalizador. No entanto, ressaltou que, em casos de denúncias, o Ministério Público deve ser acionado diretamente, o que configura uma situação distinta, fora do âmbito de monitoramento. Enfatizou que o PPA é a base para o planejamento das ações, sendo essencial que as iniciativas atendam às necessidades específicas, como a das mulheres. Caso as iniciativas necessitem de ajustes ou melhorias, elas podem ser revistas e aprimoradas ao longo do período de execução. E sobre o ano de criação do PPA Participativo, respondeu que foi desde 1940 que é estruturado e desde 2007 a nomenclatura PPA Participativo. **Cleidenea Bastos de Almeida (SPM)**: sobre a próxima pauta sendo o calendário de reuniões, destacou a importância de definir um direcionamento de datas, especialmente para a Conferência de Mulheres, que está aguardando a publicação do Decreto Nacional para começar a ser organizada. A Conferência Nacional está marcada para os dias 16, 17 e 18 de setembro. A proposta é organizar o calendário com as conferências territoriais, a Conferência Estadual e as contrapartidas necessárias. Sugeriu se necessário, que a reunião seja agendada para o dia 10 de janeiro, para que o planejamento não seja adiado para o final de janeiro ou início de fevereiro. Caso o dia 10 ainda não seja viável, a opção seria realizar a reunião na semana seguinte. O objetivo é que, até fevereiro, o planejamento esteja definido, com todas as datas e propostas de conferências já organizadas. Em consenso todas as Conselheiras ajustaram a data para dia 13 de janeiro para reunião virtual. Seguindo com o previsto para as reuniões no ano de 2025, previstas datas para fevereiro dia 07, março dia 14, abril dia 04, maio dia 09, junho dia 06, julho dia 11, agosto dia 01, setembro dia 05, outubro dia 03, novembro dia 07, dezembro dia 05. Como planejamento comentou que, quando for tratado o regimento do CDDM fará uma proposta sobre as reuniões serem mensais ou não, pensando na melhor forma para todas, quem vem de longe sabe que a logística não é fácil, então refletir a possibilidade de mais reuniões virtuais

59    10    

para melhor aproveitamento de um assunto, melhor flexibilidade. Debater a possibilidade de alternar as reuniões entre presenciais e virtuais, já tendo a proposta de que a reunião do mês de março seja virtual em vista aos compromissos, e responsabilidades relacionados ao mês da mulher, quando o Regimento Interno for revisado, essas práticas de reuniões virtuais poderiam ser formalmente incluídas no calendário do CDDM. Aprovado o calendário, será disponibilizado no grupo, uma outra proposta também é a criação de um google drive, para armazenar documentos pertinentes ao CDDM como as atas, com modificação flexível. Ademais, sugestão também manter uma agenda aberta para o Conselho, divulgando eventos e atividades que possam ter presença das Conselheiras. **Anabel Barbosa de Brito (ASCIM)**: deu um exemplo que o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente (CECA), costuma descentralizar os lugares onde fazem as reuniões e sugeriu que o CDDM possa fazer o mesmo, visitar os territórios das Conselheiras e levar as reuniões até lá se for possível. **Cleidenea Bastos de Almeida (SPM)**: destacou que a questão do orçamento é um fator determinante para viabilizar a logística necessária. Apesar de manifestar interesse em implementar essa iniciativa, ela enfatizou que a Secretaria, embora comprometida e disposta, enfrenta limitações financeiras. **Samêhy Pataxó (AMIESB)**: enfatizou que a busca por recursos é uma pauta constante nas visitas das mulheres da AMIESB ao Ministério em Brasília. Ela relatou que, ao solicitar apoio financeiro, frequentemente é apontada a existência de uma Secretaria de Mulheres na Bahia, ao que responde reforçando a insuficiência de recursos alocados para viabilizar as ações necessárias. Sobre a proposta de realizar reuniões nos territórios, destacou que já havia discutido essa ideia com a chefia, considerando-a uma oportunidade valiosa para ouvir e vivenciar realidades locais. Mencionou que, no próximo ano, em julho, haverá o Encontro das Mulheres do Extremo Sul em uma comunidade indígena, e que pretende convidar o Conselho para participar e vivenciar a realidade dessas mulheres, que é distinta da vivência urbana. Ressaltou que questões como o adoecimento mental têm características diferentes na cidade e na comunidade, sendo mais intensas no ambiente urbano, onde o isolamento social é mais evidente. Sugeriu que uma reunião com a Ministra seja agendada para que conselheiras possam apresentar as demandas diretamente em Brasília, fortalecendo a luta por recursos. Também propôs a possibilidade de aproveitar viagens já programadas de comunidades para Brasília, como a disponibilização de vagas em ônibus, para integrar o Conselho a essas movimentações e aumentar a representatividade, destacando a importância de fortalecer a articulação e a união entre os grupos em prol das causas em comum. **Nancy Alves de Andrade (FEEB)**: informou que embora reconheça as dificuldades para a participação, gostaria de destacar a realização da campanha do Laço Branco, organizada pela CTB Mulher com a colaboração de diversos sindicatos. O evento também contará com a participação do DIEESE e incluirá uma roda de conversa entre homens e mulheres sobre formas de enfrentar a violência contra as mulheres. O encontro ocorrerá hoje, 6 de dezembro, às 14h, no auditório Washington de Souza, do Sindicato Sintracon. Ela enfatizou que a iniciativa faz parte de uma jornada em prol da igualdade de gênero, alusiva à data. **Cleidenea Bastos de Almeida (SPM)**: sugeriu que, nas próximas reuniões, seja realizada uma avaliação escrita para coletar as percepções dos participantes e melhorar a metodologia dos encontros. Ela destacou a importância de utilizar esse feedback para reconstruir o Conselho de forma mais eficiente. Reafirmou a relevância do compromisso com os horários, reconhecendo as demandas das agendas de todos, mas enfatizando que a pontualidade será fundamental para cumprir os

cronogramas planejados. Ao finalizar, informou que o almoço será servido no local, e agradeceu a atenção de todos. Eu, Neurací Alves da Silva, subscrevi a presente ATA, que segue assinada pelas Conselheiras presentes.

Sociedade Civil

Samêhy Conceição dos Santos Soares Pataxó (AMIESB): Samêhy Pataxó
Maria Otília Soares (UMVC): Maria Otília Soares
Leidiana Cruz do Espírito Santo (MMTR): _____
Maria Rute Lima Silva (FATRES): Maria Rute Lima Silva
Carolina dos Santos Nunes (CAJAVERDE): Carolina
Tereza Cristina da Silva Bandeira (CTB): Tereza
Anabel Barbosa de Brito (ASCIM): Anabel Barbosa de Brito
Queila Patrícia Silva (UNEGRO): _____
Gildeane dos Santos Mota (AMP): Gildeane dos Santos Mota
Nancy Alves de Andrade (FEEB): Nancy
Sueli Guedes Félix dos Santos (Ação Tupinambá): _____

Poder Público

Cleidenea Bastos de Almeida (SPM): Cleidenea Bastos de Almeida
Adriana Amaral (SPM): _____
Francileide Araújo (SPM): Francileide Araújo
Milena Passos Almeida Silva (SEPROMI): Milena Passos Almeida Silva
Renata Luciana Cruz Sena (SSP): Renata Luciana Cruz Sena
Cândida Maria Pimentel (SESAB): Cândida Maria Pimentel
Silva Christiane Écio Damasceno (SETRE): Silva Christiane Écio Damasceno

Neuraci Alves Silva

Secretária Executiva

Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher - CDDM